



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 7, v. I maio-out. 2017
p. 20-53.

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas: organização e luta política

Zuleide Paiva da Silva¹

RESUMO: Situado no campo dos estudos feministas, este trabalho foca a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) com o propósito de discutir sua dimensão formativa a partir dos esforços de organização e afirmação da identidade lésbica. Reconhecendo a LBL como a primeira rede feminista de lésbicas e mulheres bissexuais, o desafio é produzir uma cartografia da rede na Bahia, desde o seu surgimento. Para tanto, recorre às fontes bibliográficas e documentais e à memória subjetiva da rede. O resultado aponta a LBL como uma coalizão de mulheres em luta por visibilidade e pelo bem viver.

PALAVRAS-CHAVE: Liga Brasileira de Lésbicas; Organização Lésbica-Bahia; visibilidade lésbica.

Abstract: Located within the field of feminist studies, this work focuses on the Brazilian Lesbian League (*Liga Brasileira de Lésbicas*: LBL) with the aim of discussing how it was formed through the organization and assertion of lesbian identity. Recognizing the LBL as the first feminist network of lesbians and bisexual women, the challenge is to map the network in Bahia, beginning with its emergence. To this end, it refers to bibliographical and documentary sources and to the network's subjective memory. The results indicate that the LBL is a coalition of women engaged in the fight for visibility and good living.

Keywords: Brazilian Lesbian League; Lesbian Organization – Bahia; Lesbian Visibility.

Resumén: Situado en el campo de los estudios feministas, este trabajo se centra en la Liga Brasileña de Lesbianas (*Liga Brasileira de Lésbicas*: LBL) con el fin de discutir su dimensión formativa de los esfuerzos de organización y de afirmación de la identidad lesbiana. Reconociendo la LBL como una primera red feminista de las mujeres lesbianas y bisexuales, el reto es producir un mapeo de la red en Bahía, desde su creación. El artículo se basa en fuentes bibliográficas y documentales y la red de la memoria subjetiva. El resultado apunta a una LBL como una coalición de mujeres que luchan por la visibilidad y el buen vivir.

Palabras clave: Liga Brasileña de Lesbianas; Organización Lesbiana - Bahia; Visibilidad Lesbiana.

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia, doutora em Difusão do Conhecimento, mestra em Gênero, Mulheres e Feminismo. Pesquisadora do DIADORIM - Centro de Estudos de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade da UNEB, ativista da Liga Brasileira de Lésbicas. E-mail: eidepaivasilva@gmail.com

Recebido em 06/03/17
Aceito em 30/04/17

1. Considerações iniciais

Reconhecida como a primeira rede feminista de lésbicas e mulheres bissexuais do Brasil, a Liga Brasileira de Lésbicas é um corpo esquadrihado pelos estudos acadêmicos, em especial pelos trabalhos de Maria Salem (2007), que se dedica à análise das suas produções discursivas; Meyre Lucia Mesquita (2004), que estuda sua constituição como sujeita política; Elaine Moura (2008), que analisa sua organização política no Rio Grande do Norte, Ana Alice Piason (2013), que investiga como suas militantes do Rio Grande do Sul se articulam em ações do movimento social em busca da inserção de suas reivindicações e aquisição de seus direitos nas políticas públicas para as mulheres, e por mim, Zuleide Silva (2013), em estudo sobre o grau de conectividade da rede LBL Bahia e sua forma de organização (SILVA, 2016). Outros estudos, a exemplo de G. Almeida (2005) e Patrícia Lessa (2007), embora não tomem a LBL como seu objeto, reconhecem sua importância e protagonismo na organização dos movimentos de lésbicas do Brasil. Vale ressaltar que a LBL é única entidade lésbica identificada no “Mapeamento do cenário dos movimentos sociais no Brasil-1972-2010”, produzido por Maria da Glória Gohn (2012).

Reconhecendo e reiterando a importância da LBL como uma propulsora das organizações lésbicas no Brasil, o propósito deste texto, que é um excerto da tese *Sapatão não é bagunça: estudo das organizações lésbicas da Bahia* (SILVA, 2016), é apresentar o processo organizativo da LBL, seus princípios articulatórios, demandas, repertórios e ação coletiva. Também é propósito do texto discutir a dimensão formativa da rede a partir dos esforços de afirmação da identidade lésbica. Para tanto, recorro à memória subjetiva, aqui entendida como “[...] o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (GONZALEZ, 1983, p. 226) e à literatura cinzenta, que é uma documentação não convencional que tem pouca probabilidade de ser adquirida através de canais usuais de venda de publicação (GOMES, MENDONÇA; SOUSA, 2000). Tomo a linha do tempo como fio condutor reconhecendo as diferentes expressões da LBL na Bahia desde a sua criação na expectativa de cartografar a LBL como um ato de resistência. A noção de cartografia aqui, vale ressaltar, é apreendida do construto teórico de Suely Rolnik (1989), que se contrapõe à topologia quantitativa, que categoriza o terreno de forma estática e extensa para pensá-la como procedimento de pesquisa para o entendimento das subjetividades, das relações sociais e das representações simbólicas.



2. A criação da LBL, um processo de coalizão entre mulheres em luta

A Liga Brasileira de Lésbicas é uma rede feminista de âmbito nacional, constituída por Lésbicas e Mulheres Bissexuais de que se apresenta como espaço autônomo, não institucional de empoderamento feminino e articulação política anti-capitalista, contra todas as opressões do patriarcado, do racismo e do heterossexismo. A LBL, como articulação de grupos, entidades, movimentos, lésbicas e mulheres bissexuais autônomas/independentes que dela participem, é expressão dos movimentos sociais que se soma a todos os movimentos que lutam e acreditam que um outro mundo é possível, segundo os princípios listados nesta carta (LBL, 2007a, p.1, versão não publicada)

A história da criação da rede LBL já foi escrita, sobretudo por Salem (2007) e Mesquita (2004). Cabe aqui repeti-la para mantê-la viva, na memória, na história, em mim, em cada uma de nós que a tecemos cotidianamente construindo sua/nossa história de lésbica.

A tessitura da LBL começou em 2003, no III Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, durante a oficina de *Visibilidade Lésbica*² realizada no Planeta Arco-Íris, um espaço da diversidade organizado pelos movimentos LGBT. O discurso fundador da Liga, a *Carta Aberta ao III Fórum Social Mundial*, datada de 27 de janeiro de 2003, (SALEM, 2007), evidencia que os primeiros pontos da rede foram tecidos em plenária realizada no dia 26 de janeiro de 2003, logo após o término da referida oficina, com a pretensão de tecer uma rede “Latino-americana e/ou quiçá intercontinental”. Essa pretensão pressupõe reconhecimento do potencial das redes transnacionais como polo irradiador da ideologia e das estratégias a serem adotadas pelos movimentos, e como estruturas capazes de ocupar o cenário político internacional por meio da interação com organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), capazes de pressionar os países que as compõem a assumir uma postura de defesa dos direitos da população LGBT (CAMAROTTI, 2009). Na ocasião, a única rede comprometida com os direitos da população LGBT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual) no Brasil era a ABGLT³, de onde saíram algumas lésbicas fundadoras da LBL denunciando machismo, supremacia gay e invisibilidade lésbica no interior das organizações mistas.

Há uma compreensão consensual de que os movimentos mistos LGBT e hetero feministas não contemplam em seus debates as especificidades *lésbicas* e, em função dessa exclusão, a LBL teria sido criada. Mas, acredito que essa não tenha sido a única motivação, embora a Carta Aberta

² Ação autogestionária proposta e realizada por lésbicas e mulheres bissexuais militantes do movimento LGBT que lutavam para incluir um eixo sobre diversidade sexual na programação do FSM desde 2001, data da 1ª edição do FSM. A realização dessa oficina foi considerada uma grande conquista lésbica.

³ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, criada em 1995.



anuncie: “Fundamos a LBL para explicitar nossas questões e reivindicações como visibilidade lésbica, saúde, direitos humanos, direitos econômicos, diversidade, e vários outros” (SALEM, 2007, 102). Como pontua Salem (2007, p.103), “os sentidos que compõem o discurso fundador da LBL estão informados pelo atrelamento ao contexto do FSM”, que era de luta e de construção de sonhos de transformação, fazendo pulsar a utopia de que *Um outro mundo é possível*. Naquele contexto, afirma Heck (2016, s/p) “Não havia para onde correr. Ou era capitalismo neoliberal em estado puro – mercado aberto absoluto, Estado mínimo, políticas sociais compensatórias -, ou não havia alternativa. No Brasil, na América Latina, no mundo”. No Brasil, a aposta era na alternativa, na valorização das diferenças, conforme compromisso anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após sua eleição (SILVA, 2002, p.6), que levantou a bandeira da igualdade, reconheceu a educação, a saúde pública e o combate às discriminações como grandes desafios para o Brasil, comprometendo-se a investir fortemente nessas áreas em busca da igualdade de direitos.

Como salientam Miguel & Biroli (2013), a igualdade é uma bandeira “óbvia”, levantada por qualquer movimento que se queira falar em nome dos oprimidos. Desde as primeiras manifestações de inconformidade com a dominação masculina que as mulheres reivindicam acesso a liberdades iguais entre homens e mulheres. Como enfatizam os estudos feministas, “mulheres são iguais aos homens na capacidade intelectual, no potencial de contribuição para sociedade, contrapondo-se às visões que, de Aristóteles à Rousseau, legitimavam a inferioridade feminina” (MIGUEL & BIROLI, 2013, p.22). Nessa perspectiva, a valorização das diferenças pretendida e anunciada pelo governo Lula sugere a implantação de “políticas da diferença”, que pressupõem que a redistribuição de bens e recursos não é condição suficiente para reverter as desigualdades sociais, pois é preciso tanto a inclusão da representação de grupos marginalizados no processo de deliberação, como uma mudança dos arranjos institucionais, a fim de que esses sejam mais sensíveis aos modos de expressão de perspectivas na sociedade (YOUNG, 1990)

A política da diferença exige reconhecimento do “outro” e desejo de fazer reaparecer as narrativas, os saberes, as culturas que, ao longo da história, foram amordaçadas, apagadas, silenciadas pelo discurso dominante. Essa percepção da política da diferença é alimentada por Foucault (1995), que ressalta a política da diferença como um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. Assim, a valorização da diferença pressupõe, como sugere Silva (2009), falar de movimentos de afirmação de culturas marginais, não estáveis, autênticas, ou puras, como se constituídas um único território. Para esse autor, com quem concordo,



“falar de políticas da diferença é falar de entrecruzamento, é falar de culturas que transitam entre territórios” (SILVA, 2009, p, 24), reconhecendo que as fronteiras dividem, ao mesmo tempo que unem. Falar de diferenças é, portanto, falar das desigualdades produzidas em nome das diferenças; é falar das fronteiras que precisam ser atravessadas para a conquista da igualdade social.

Assim, reconhecendo que o contexto de apagamento da *lesbianidade* percebida como uma diferença está para além dos limites internos dos movimentos LGBT e feministas protagonizados por mulheres heterossexuais, pois é fruto do machismo e da lesbofobia que estrutura a sociedade, compartilho do pensamento de Mesquita (2004), que reconhece que a criação da LBL foi potencializada pelo amadurecimento político dos grupos de lésbicas e ativistas autônomas nas edições do SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas), pelas ações desencadeadas nos estados através de realizações de debates, grupos de reflexão, seminários, encontros, atividades culturais, ações de ruas como as Paradas de Orgulho LGBT. Nessa perspectiva, a criação da LBL é fruto não apenas da exclusão das especificidades *lésbicas* dos referidos movimentos mistos, mas, sobretudo, da agência lésbica, isto é, do empoderamento alcançado pelo movimento de lésbicas em mais de 20 anos de luta, resistência e compartilhamento de uma concepção de mundo forjada pela intersecção de gênero, raça, sexualidade, classe, na qual a solidariedade é elemento estruturante dos processos de empoderamento. Assim, a motivação que cria e dá vida a LBL reflete a autonomia lésbica, aqui percebida pelas lentes de Gohn como “capacidade de ser sujeito histórico que lê e re-interpreta o mundo, quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito compreender e se expressar por conta própria” (GOHN, 2004, p.48).

Reconheço que a linguagem adquirida na militância lésbica em contextos de luta, resistência e solidariedade potencializou a criação da LBL como rede de promoção e fortalecimento da identidade lésbica como sujeito político, e mantém no seu movimento a reflexividade das integrantes da rede promovendo a socialização e a produção de informações e de conhecimento, independente dos *credencialismos* acadêmicos (SILVA, 2013). Percebo a criação da LBL como movimento de reflexividade e valorização da *lesbianidade* como uma diferença que precisa ser visível para ser respeitada e valorada. Foi, portanto, com reconhecimento de si como ser diferente e potente que as fundadoras da LBL criaram uma coalizão entre mulheres e juntas denunciaram o apagamento das diferenças no interior dos grupos mistos que invisibilizam a *lesbianidade*, usando a fala como instrumento de luta em defesa das diferenças.



Para tornar *lesbianidade* uma diferença visível e defendê-la como um direito, é preciso romper barreiras, atravessar fronteiras. Certa de que barreiras existem para serem atravessadas em ambas as direções, acredito que, naquela conjuntura política, a eleição de um sindicalista torneiro mecânico para a presidência do Brasil evidenciou para nós, lésbicas invisíveis, que a travessia de fronteiras sociais era possível, e preciso, além de fortalecer as expectativas de autonomia dos brasileiros e brasileiras que viviam “com os pés bem plantados no chão da pátria”, nos fazendo crer, como afirmou o presidente Lula, que o “Brasil tem todas as condições de superar suas dificuldades e dar uma arrancada em direção a um futuro de crescimento e justiça” (SILVA, 2002, p.2). Desse sentimento, acredito, emergiu a força que potencializou a criação da LBL e a tornou visível no V SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas, realizado em 2003, quando a rede foi apresentada coletivamente como uma expressão dos movimentos sociais. A partir desse instante de reconhecimento e visibilidade nacional, a rede LBL passou a ser tecida nó por nó, ponto por ponto com fios do *continuum lésbico* (RICH, 1980), ligando pensamentos e corpos em movimento daquelas que se reconhecem e são reconhecidas como lésbicas em diferentes estados das cinco regiões do país.

3. Princípios, organização e funcionamento da LBL

Militância não é trabalho remunerado, não é sacrifício pessoal, não é tortura, não é rede de intrigas, não é disputa interna desmedida por visibilidade em espaços de poder...

Militância é sede coletiva de transformação social, política, cultural e artística! (YASMIM NOBREGA, [mensagem eletrônica], 2012)

Partindo do reconhecimento das redes como instrumentos que possibilitam a superação de obstáculos geográficos, econômicos, culturais e políticos enfrentados pelos movimentos sociais para a realização de seus propósitos, sobretudo para o fortalecimento de identidades políticas, Martinho (2003) afirma que uma atuação em rede pressupõe valores e declaração dos propósitos do coletivo. Daí a importância de se questionar porquê e para que a rede existe. Para Martinho (2003) há parâmetros que norteiam a interação e esses devem ser considerados por quem queira trabalhar colaborativamente como uma espécie de código de conduta para a atuação em rede.

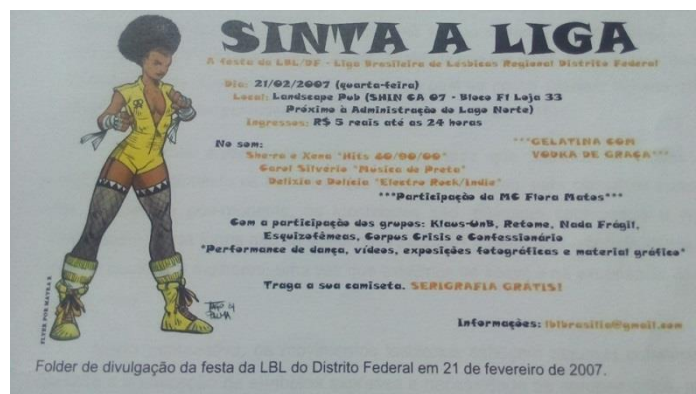
Cientes da necessidade de estabelecer princípios norteadores da rede, as fundadoras da LBL criaram seu código de condutas no 1º Encontro Nacional da LBL (EnLBL), realizado em novembro de 2004, em São Paulo. Para tanto, reuniram propostas elaboradas no 1º Encontro da LBL-Região Sul, realizado em setembro de 2003; no Encontro Estadual da LBL SP, realizado em abril de 2004, e



na Reunião da LBL Nordeste, realizada em novembro de 2004. As contribuições dos estados foram sistematizadas em 10 eixos/princípios, a saber: 1) Pluralismo; 2) Autonomia, autodeterminação e liberdade; 3) Solidariedade; 4) Transparência; 5) Horizontalidade; 6) Liberdade de orientação e expressão afetivo-sexual; 7) Defesa do Estado laico; 8) Visibilidade lésbica; 9) Posição antirracista; 10) Posição anticapitalista. Em conjunto, esses princípios constituem a *Carta de Princípios da LBL*, o seu código de conduta, que foi atualizado no 2º EnLBL, realizado em 2007, no Piauí, e revistado no 6º EnLBL, realizado em 2016, no Rio Grande do Norte, quando foram acrescentados três novos princípios no código de conduta da rede: Afetividade, Coletividade e Visibilidade das Mulheres Bissexuais. É importante ressaltar que as mulheres bissexuais sempre se fizeram presentes na LBL, desde a sua criação, mas não reivindicavam uma identidade política. O entendimento coletivo no instante de criação da rede foi o fortalecimento e a visibilidade da identidade política das lésbicas. Também é importante ressaltar que, em 2013, no VIII SENALE, realizado no Piauí, as mulheres bissexuais reivindicaram visibilidade e garantiram a alteração do nome do SENALE para SENALESBI - Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. A partir daí, parte das mulheres bissexuais da LBL começaram a pautar visibilidade da bissexualidade como identidade política no interior da LBL, e no 6º EnLBL reivindicaram a mudança do nome da LBL para LBLMB, mas essa proposta não foi aceita, tanto pelas lésbicas como por parte das mulheres bissexuais presentes no Encontro que, em conjunto, argumentaram que o nome e a logomarca da LBL são patrimônio cultural da *lesbianidade* brasileira, aqui pensada como ato de resistência.

Como aponta Salem (2007), o nome da LBL traz indícios de um processo de feminilização da sujeita lésbica (p.110). Essa percepção é constatada na imagem do folder de divulgação da festa *Sinta a Liga*, realizada no DF, em 2007.

Fig. 1: Folder LBL DF (2007)



Fonte: SALEM (2007)



A imagem, afirma Salem (2007), destaca a *feminilização* das lésbicas pela materialidade discursiva da mulher, contornos corporais bem definidos, expressando sensualidade, ao tempo em que quebra a representação com acessórios de luta – soqueira – nas mãos, e nos pés – caneleira, e o duplo espelho de vênus na roupa, explicitando a *lesbianidade*.

Seria possível dizer então que não estamos diante de uma reprodução, mas também de resignificação, pois a partir da passividade simbólica e mercantilizada da imagem erotizada do feminino, recria-o a partir de características ativas: erotizado, mas em combate, embora atrelado ao dispositivo da sexualidade (SALEM, 2007, p. 112)

Corroborando com a leitura da imagem feita por Salem (2007), concordo que estamos diante da criação da erotização do feminino combativo, mas o destaque da imagem está na sensualidade combativa da lésbica negra, um ser marcado pela *hipersexualização* dos seus corpos. Reconhecendo, pelas lentes de Martine Joly (1994, p.13), que a imagem designa algo que, embora não remetendo sempre para o visível, “toma de empréstimo alguns traços ao visual e, em todo caso, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece”, apreendo a imagem do folder como expressão da luta política que articula visibilidade lésbica e posição antirracista como princípios. Nessa perspectiva, a imagem é uma criação que rasga os repertórios de representação e práticas representacionais produzidas pela articulação do racismo com o sexismo que, conforme ressalta Lélia Gonzales (1983), reduzem e fixam tudo acerca da mulher negra à concepção de “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”; ao tempo em que revela a lésbica negra como uma resistência ao sexismo, ao racismo e à heterossexualidade obrigatória. Isso sugere a LBL como uma liga que agrega, conecta ideias e corpos em movimento de empoderamento de lésbicas negras invisibilizadas por diferentes camadas de opressão. Essa representação marca e classifica a LBL pela sua diferença, afirmando que as lésbicas negras existem e resistem, na LBL e fora dela.

A presença e permanência ativa, aguerrida e afetiva de lésbicas negras e brancas antirracistas na LBL, desde a sua fundação, tem potencializado a interracialidade da rede que, em 2016, conforme ficha de cadastramento da LBL, era constituída de 55% de militantes que se autodeclararam negras ou afrodescendentes, 13% pardas, 3% indígenas, 6% não brancas, 23% brancas. Na Bahia, onde todas as integrantes da LBL preencheram a ficha de cadastramento, aproximadamente 70% se declaram negras, 30% brancas. Vale considerar que, dentre as lésbicas negras que fundaram a LBL, apenas uma, Roselaine Dias, de Porto Alegre, permanece na Liga. Da mesma forma, apenas uma lésbica branca fundadora da rede, Virginia Figueiredo, do Rio de



Janeiro, permanece na LBL. As demais, por diferentes razões, se desligaram. Algumas saíram sem se despedir, outras deixaram a porta aberta na expectativa de voltar um dia. Dentre as que saíram, algumas permanecem na militância lésbica e fundaram outras redes, a exemplo de Yone Lindgren, lésbica branca do RJ, que fundou a ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas, em 2004; Marian Pessah, lésbica branca, que fundou o Grupo Mulheres Rebedes, em 2004, em Porto Alegre; Rosângela Castro e Heliana Hemetério, ambas do RJ, fundadoras do Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônoma – CANDACE BR, criado em 2007. Outras tantas deixaram da militância lésbica e duas partiram para o *Orum*, Lurdinha Rodrigues – LBL-SP e Klau Sapatá (Claudete Costa), e deixaram um grande vazio no processo de organização da rede. Para ambas, a criação da LBL foi a realização de um sonho coletivo, e a manutenção da LBL um trabalho contínuo, que exige de cada uma muito trabalho, compromisso e, sobretudo, muito amor pelas mulheres, ponto de referência da LBL na contraposição ao heterossexual (SALEM, 2007).

O texto da *Carta de Princípios* da LBL, como sugere Salem (2007), faz apelos gerais de transformação da sociedade a partir da perspectiva feminista ao apresentar “a opressão complexamente interligada por múltiplos aspectos, envolvendo o econômico, o afetivo e o sexual” (SALEM, 2007, p.108). Esse documento é percebido, apreendido e incorporado na prática e na fala pública das integrantes da rede como fundamento teórico filosófico da LBL. Nessa perspectiva, é discurso em movimento norteador do pensar e do fazer da rede e, como tal, reconhece que o ser lésbica e o ser mulher bissexual são plurais, marcados pelo gênero, raça, sexualidade, classe, dentre outros marcadores que forjam a “identidade *lbleana*”.

A difusão dos princípios da LBL, acredito, leva em conta que o conceito de cidadania, como sugere Castells (2009), para além da participação, implica a capacitação para a tomada de decisão. Leva em conta ainda que a capacidade para conduzir as decisões, seja em âmbito pessoal ou comunitário, requer domínio da informação disponível. Isso significa que a difusão dos princípios da LBL deve ser prática compartilhada e consciente para assegurar que a informação relevante para as lésbicas e suas/nossas lutas produzidas e acessadas pela rede chegue à maior quantidade possível de lésbicas. Como sugere Miguel Laufer, a difusão do conhecimento é uma prática consciente do valor da informação.

Trata-se de uma responsabilidade compartilhada, consciente de que os saberes não terão chegado a seu destino último enquanto não sejam apropriados para a sociedade, e as sociedades que ao longo do tempo têm gerado e acumulado saberes tem que fazê-los do conhecimento de todos, sem distinção (LAUFER, 2008, *s/p*)



Como prática coletiva e consciente, a difusão da Carta de Princípios da LBL rompe o complô do silêncio que envolve a existência lésbica, sobretudo em relação aos processos de auto-organização lésbica. Essa perspectiva sugere que, assim como a pesquisadora precisa ter acesso ao conhecimento científico em sua área, “já que a informação e o conhecimento são insumos básicos no processo de trabalho científico e intelectual” (MACHADO, 2005, *s/p*), a militante *LBLeana* tem necessidade de compartilhar, de permitir acessar e ter acesso à informação produzida e acessada pela rede para poder descobrir, criar, inovar, modificar a realidade de invisibilidade em que as lésbicas estão historicamente inseridas e assim fortalecer as organizações lésbicas, fato que exige compromisso e organicidade.

A forma de organização da LBL foi modelada e definida, em âmbito municipal, estadual, regional e nacional pelas participantes do 2º EnLBL. De acordo com as deliberações desse encontro, em âmbito municipal, a organização deve ocorrer através de reuniões mensais; em âmbito estadual e regional, através de reuniões, plenárias e encontros, realizadas, pelo menos, uma vez ao ano; em âmbito nacional, a organização também deve ocorrer através de reuniões, plenárias e encontros, sendo que as reuniões e plenárias nacionais devem acontecer notadamente durante os eventos nacionais, com previsão de participação das integrantes da LBL, garantindo assim a possibilidade de uma atuação articulada nos respectivos eventos. Também foi deliberado que os Encontros Nacionais devem acontecer a cada dois anos.

Para garantir a governança da rede foram criadas as seguintes instâncias de gestão: a) comissão de articuladoras nacionais, formada por uma ativista de cada região, indicadas em encontros regionais; b) comissão de articuladoras regionais, composta por até três ativistas de cada região, também indicadas em encontros regionais, c) articuladora estadual, indicada em encontros estaduais. Também foi criada uma Comissão de Ética, composta por uma integrante de cada região onde a LBL está organizada, com o propósito de: a) contribuir para dirimir conflitos internos, de âmbito nacional e regional, estimulando que os mesmos sejam discutidos e enfrentados à luz dos princípios da rede nos respectivos estados e regiões, com o apoio das articuladoras regionais e nacional; b) mediar, averiguar e dar parecer sobre situações e práticas de pessoas ou grupos que entrem em conflito com os princípios da LBL. Outra instância de gestão da LBL, criada no 2º Encontro Nacional, é o Núcleo de Comunicação da LBL, composto pelas moderadoras das listas regionais, responsável pelo plano de comunicação da rede. As responsabilidades e funções das gestoras da LBL passam, necessariamente, pela garantia do trabalho de base, que exige a garantia do fluxo de informação na rede e o fortalecimento da LBL em seus espaços de atuação política.



Ainda de acordo com as deliberações do 2º EnLBL, para se tornar uma *LBLeana*, isto é, integrante da rede LBL, é preciso que a interessada preencha uma ficha de adesão expressando concordância com a Carta de Princípios da LBL, participe de reuniões/ações locais e/ou regionais e receba o referendo de três integrantes da rede. Nos estados onde a LBL está devidamente organizada, a Ficha de Adesão deve ser encaminhada à articuladora estadual, e onde a LBL não estiver atuante, a ficha deve ser encaminhada às articuladoras regionais. O ingresso se efetiva com a inclusão da militante das listas de discussão da rede, em âmbito estadual, regional e nacional. O uso das listas é orientado pelas seguintes deliberações:

- a) A lista nacional não deverá ser espaço de resolução de conflitos nos estados e regiões. Esta deverá ser uma função para a moderadora estadual e/ou regional;
- b) As críticas emitidas em listas devem primar pela construção e seu conteúdo deverá ter caráter político e nunca de desqualificação de pessoas ou de integrantes da LBL;
- c) Não deverão circular na lista nacional posicionamentos isolados que não tenham sido discutidos no âmbito estadual ou regional.
- d) O envio de mensagens para a lista nacional deve observar se o assunto é de interesse nacional;
- e) Nenhum e-mail deve ficar sem resposta;
- f) Todas as integrantes da LBL devem zelar pela ética, respeito mútuo e bom fluxo de informações nas comunicações via listas;
- g) Toda comunicação na lista nacional deve ser precedida de posicionamento em âmbito estadual e região.

(LBL, Deliberações II Encontro Nacional, 2007, p.12)

Embora as militantes da LBL reconheçam e façam uso de diferentes canais de comunicação, a exemplo de *Facebook*, *blogs*, *Whats App*, as listas de discussão são as ferramentas mais utilizadas para tomada de decisão coletiva, registro e socialização da memória da rede. Como ressalta Lévy (1993), uma lista de discussão é uma comunidade colaborativa virtual que se reúne em torno de interesses bem determinados e operam via e-mails como forma de contato. Através da lista de discussão, o usuário envia mensagem que é automaticamente enviada para todos os membros cadastrados. Possivelmente alimentada por essa perspectiva, às listas de discussão da LBL têm sido apreendidas pelas suas integrantes como “liga que Liga”, instrumento que reúne, articula e gerencia



a rede promovendo a conexão/interação entre as militantes em espaço virtual de afetividade, de formação política, de construção coletiva, participativa e colaborativa, garantindo assim a existência da LBL como uma rede de âmbito nacional.

As deliberações do 2º EnLBL, assim como a Carta de Princípios da LBL, foram revisitadas no 7º EnLBL, realizado em Natal, em setembro de 2016, onde, depois de calorosas discussões, a redação que define a LBL como uma expressão dos movimentos sociais foi reelaborada, conforme epígrafe inicial. Nesse encontro, para além de incluir novos princípios no código de conduta da rede, conforme ressaltado anteriormente, foi criada outra instância de gestão, a Comissão de Formação LBL, responsável pela criação de um programa feminista de formação continuada da rede.

Analisando os processos de organização da LBL à luz da “Ecologia da Informação” apresentada por Davenport (1998), pode-se dizer que vigora na LBL um modelo explícito de política da informação que define e regula o fluxo de comunicação e gestão de informação, sugerindo reconhecimento e valorização do papel da informação na rede. Identifico esse modelo com o “Federalismo” que, segundo Davenport (1998), exige negociação racional entre os grupos centrais (instâncias de gestão da rede) e os dispersos (militância nos Estados). Essa perspectiva exige negociações intensas, discussões acaloradas e compreensão do valor da participação ativa no debate. Assim, a rede é gerenciada por intermédio do consenso, método que exige articuladoras de confiança e militância comprometida. Como ressalta Davenport, o federalismo é modelo de gestão da informação que reconhece o valor do *universalismo informacional* (condição que garante, por exemplo, que a *Carta de Princípios* e as deliberações dos Encontros Nacionais da LBL sejam compreendidas por toda a rede como a reafirmação do caminhar político que orienta as *LBLeanas* em todos os estados) e o *pluralismo informacional* (que garante, por exemplo, que cada *LBLeana* defina sentidos para o termo “militância” da maneira que melhor lhe convier). Esse modelo, que expressa o “jeito LBL” de fazer política, permite à militância nos Estados um grande controle sobre seus próprios destinos sem que haja centralidade no registro e nos processos decisórios da rede, além de potencializar a diversidade de ideias e de ações, garantindo assim a heterogeneia da rede, que se mostra singular em cada estado, região, onde a mesma se movimenta.

4. LBL Bahia, 10 anos de (in)visibilidade e resistência

A LBL Bahia, pensada como “nó” de articulação da rede nacional de lésbicas e mulheres bissexuais do Brasil, é uma organização lésbica que surge na capital baiana quase 25 anos depois dos movimentos de lésbicas anunciarem sua existência política na Bahia e no Brasil.



Abro aqui um parêntese para ressaltar que a primeira organização lésbica da Bahia, apreendida como pensamento e movimento *identitário*, práxis plural, diversa e contínua de reconstituição da identidade lésbica, através de ação coletiva que se dá fora e no âmbito da política institucional, nas lutas globais pelo fim da discriminação por orientação sexual, pelo fim da violência contra as mulheres, pelo bem viver, foi o GLH – Grupo Libertário Homossexual, criado em Salvador, em 1979, por estudantes lésbicas engajadas no movimento estudantil da UFBA. Essa organização contou o apoio da professora feminista Margot Piva, sua mentora intelectual, uma lésbica feminista militante da esquerda, poetisa, “doutora em Matemática, crítica cinematográfica da revista Sappho de Londres [...]” (MOTT, 1987, p.136), e uma das fundadoras do Grupo Feminista Brasil Mulher – Núcleo Salvador. Se organizando sem formalidade, sem autoritarismo e sem centralismo, mantendo a autonomia organizativa a partir do consenso, não do voto, o GLH existiu por volta de sete anos, lutou para garantir o direito das lésbicas amarem em liberdade, pelo direito de existirem como seres humanos em sua plenitude.

Em 1993, surge a segunda organização da Bahia, o GLB - Grupo Lésbico da Bahia, primeira ONG Lésbica do Norte e Nordeste, criada em Salvador por um casal de lésbicas, Jane Pantel e Zora Yonara, que se tornaram as únicas lésbicas políticas visíveis na Bahia durante a vigência do GLB. Durante aproximadamente 10 anos, o GLB foi alçado à condição de agente privilegiado de mediação entre o Estado e o segmento de lésbicas da região, tornando-se uma defensora da participação da sociedade civil, trazendo para si a função de executora de políticas públicas. Entre 2002 e 2003, o GLB encerrou suas atividades e suas fundadoras deram continuidade à luta por políticas públicas para lésbicas fomentando a criação de novas organizações lésbicas, a exemplo da ONG GPML - Grupo Palavra de Mulher Lésbica e a Liga Brasileira de Lésbicas da Bahia, terceira e quarta organizações lésbicas criadas na capital baiana, respectivamente. O GPML, criado com participação e apoio de Jane Pantel, foi a primeira organização de lésbicas negras do Estado, evidenciando e reivindicando a identidade política das lésbicas negras, até então invisibilizadas pela ideia de igualdade que nega as diferenças. Coordenado por Valquiria Costa durante toda a sua existência, essa ONG encerrou suas atividades em 2010. A LBL Bahia, que foi inicialmente tecida por Zora Yonara, a única baiana que participou da Oficina de Visibilidade Lésbica realizada no II FSM, segue em movimento tecido com fios do *continuum lésbico* (RICH, 1980), abarcando uma diversidade de sujeitas que se reconhecem e reivindicam a identidade lésbica como ato de resistência, como sugere a lésbica afroamericana Cheryl Clarke (1990).



De acordo com a memória coletiva da LBL, entre 2003 e 2007 quatro lésbicas que se autodeclararam negras respondiam pela LBL na BA⁴: Zora Yonara, Bárbara Alves, Ana Cristina (“Negra Cris”) e Geisa Cristina, então militantes de outros movimentos, a exemplo do Fórum de Mulheres de Salvador, MOPEM – Movimento de Empoderamento da Mulher de Lauro de Freitas e Católicas pelo Direito de Decidir. Zora Yonara tinha visibilidade lésbica no cenário nacional, as demais estavam em processo de empoderamento e fortalecimento da sua identidade lésbica política no Estado. A lista nacional de e-mail da LBL, criada no II FSM, e ampliada no II SENALE, garantia a conectividade entre os “nós” da rede, alimentando o sonho coletivo de organização e fortalecimento da LBL como uma rede que se articula e produz política de outro jeito. Na moderação dessa lista, compartilhando informações, fomentando o debate e a participação política de suas integrantes nos Estados, estavam as militantes das regiões Sul e Sudeste, que se destacavam no cenário nacional pelo comprometimento com o fortalecimento da auto-organização lésbica no país.

No cenário nacional, vale ressaltar, prevalecia a supremacia da ABGLT, que foi fundada com a participação de Jane Pantel, agregando grande parte das ONGs baianas, dentre elas o GLB e GPML. Na Bahia, o grande destaque era o Fórum Baiano de ONG Homossexuais, fundado em outubro de 2004, com propósito de articular as entidades LGBT que estavam “começando a ganhar maior notoriedade midiática na época”, e assim ampliar e fortalecer o movimento LGBT no Estado (RIBEIRO, 2013, *s/p*). De acordo com Ribeiro (2013), em 2005 o Fórum foi desarticulado e só voltou a se articular em 2007, com o nome de Fórum Baiano LGBT.

Buscando outras formas de organização, o grande desafio das precursoras do movimento da LBL na Bahia, para além de enfrentar o *heterossexismo* dos movimentos de mulheres, a lesbofobia das organizações LGBT protagonizadas pelos gays, e o racismo no interior desses movimentos, era resistir à hegemonia das ONG que, no cenário nacional e local, desempenhavam papel importante para o desenvolvimento de políticas, sobretudo de saúde, no campo de prevenção e assistência (FACCHINI, 2005). Assim desafiadas, as “meninas da Bahia”, como são carinhosamente lembradas por outras fundadoras da LBL, foram atacadas, como sugere a mensagem eletrônica assinada pela coordenadora do GPML, encaminhada para diferentes listas de discussão:

[...] Comunico ainda que não temos conhecimento de que na cidade do Salvador exista outra Entidade que represente as Lésbicas e portanto, a LBL não nos representa e como uma entidade legalmente

⁴ O nome das precursoras da LBL BA foi confirmado por Bárbara Alves em mensagem encaminhada à lista de discussão do Fórum Baiano LGBT (forum_glb_ba@yahoo.com.br), em 02/09/2013.



constituída chamamos a responsabilidade para as atitudes oportunistas que sempre aparecem e que em nada ajudam (VALQUIRIA COSTA, Mensagem eletrônica⁵, enviada em 21/04/2007)

Percebida como “fogo amigo”, ataque produzido por lésbicas para atacar outras lésbicas na luta por uma causa comum, a tentativa de apagamento da LBL é fruto das relações de poder que sustenta o *heteropatriarcado* pensado como um sistema sociopolítico em que o gênero masculino e a heterossexualidade têm supremacia sobre outros, oprimindo as mulheres, criando rivalidade entre elas. O poder, como ressalta Foucault (2004), não está localizado em uma instituição, tampouco é algo que se cede por contratos jurídicos ou políticos. O poder é algo que reprime e produz efeitos de saber e verdade. Quando se pensa em poder, logo se pensa em quem o detém, o exerce e o mantém. Mas, como ressalta Foucault, o poder é apreendido como uma rede de relações na qual todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores. Assim, o poder não pode estar localizado e observado numa determinada instituição ou no Estado. Tampouco o poder é algo que o indivíduo cede a um governante. O poder acontece como relação de força, pois o poder está em todas as partes.

Apesar do poder, e dos ataques das ONG que não reconheciam sua forma de organização, a LBL BA, conectada aos demais “nós” da rede LBL através da lista nacional de e-mails, estava em processo de empoderamento de si e de outras lésbicas. Assim, resistindo aos ataques e “fogo amigo”, o silenciamento da LBL no Estado foi rompido em 2007, quando suas representantes garantiram que o nome da rede fosse incluído na lista de organizações signatárias do “Documento da Articulação de Movimentos Sociais na Bahia para o diálogo com o governo estadual⁶”, entregue ao governador Jaques Wagner em janeiro de 2007. Esse documento, que é assinado por 36 “Redes, Fóruns e Movimentos” e 102 “Organizações da sociedade civil”, dentre elas o GPML, reúne pontos considerados importantes para a interlocução entre a sociedade civil organizada e os novos dirigentes do governo baiano⁷. Em torno de cada eixo apresentado, os movimentos definiram suas demandas, que foram anexadas ao referido documento. Vale ressaltar que a criação de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres foi a única demanda específica apresentada pelas feministas na “Carta dos movimentos sociais e feministas sobre secretaria de mulheres”, enquanto o

⁵ Disponível em < <https://groups.google.com/forum/#!topic/forumdemulheressa/Y6HMe4QBHEY> >, acesso em fev. 2017.

⁶ Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/documento-continuacao-do-dialogo-com-governo-na-ba/>>, Acesso em fev. 2017

⁷ Quatro são os eixos de diálogo apontados para serem desenvolvidos com o recém eleito governador, a saber: Eixo 1: Democratização das relações Estado/ sociedade; Eixo 2: Políticas de Desenvolvimento; Eixo 3 – Revisão da estrutura de governo, Eixo 4: Financiamento das políticas sociais, considerados importantes para a interlocução entre a sociedade civil organizada e os novos dirigentes do governo baiano



movimento LGBT apresentou 24 demandas na “Carta do Pro-Homo Movimento LGBT”. Ao assinar esse documento, que foi divulgado pelas redes sociais, reconhecendo que “[...] participar é intervir, influir politicamente, partilhar poder e responsabilidade” (DOCUMENTO, 2007, p.2), a LBL BA registrou sua existência como um movimento feminista que acredita e investe no diálogo com o estado e na participação social percebida como ato de intervenção.

Assim, investindo na participação política, a LBL BA potencializou sua existência no Estado atuando na II Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Salvador, realizada em 2007. Conforme relatório da conferência⁸, segunda fonte documental que registra a existência da LBL na Bahia, a Liga baiana, então representada por Bárbara Alves, integrou a *Comissão de Comunicação* da Conferência. Vale ressaltar que Bárbara Alves é citada no referido “Documento” como feminista signatária da “Carta dos movimentos sociais e feministas sobre Secretaria de Mulheres”, representando o MOPEM – Movimento de Empoderamento da Mulher de Lauro de Freitas e Católicas pelo Direito de Decidir. Também vale ressaltar que a dupla militância é potencializada na LBL pelo princípio da pluralidade que caracteriza a rede como espaço diversificado, articulado de forma descentralizada e em rede com entidades, movimentos e ativistas engajadas em ações concretas, em nível local, estadual, regional e nacional, pautando-se pelos preceitos de igualdade, equidade, justiça social e cidadania, respeitando o direito à diversidade de posicionamentos e ideias, etnias, culturas, gerações, origem geográfica, convicções políticas, partidárias e religiosas ou ausência dessas e às especificidades de cada participante.

A prática política da LBL, que não se pretende única, tampouco hegemônica, é de coalizão, de promoção da participação política e de empoderamento das lésbicas onde quer que elas estejam atuando. Ao assumir a pluralidade como princípio, a LBL reconhece e valoriza a diversidade das suas integrantes e dos espaços onde elas se forjam sujeitas políticas.

Há muita diversidade na sua constituição: alguns grupos apresentam caráter mais engajado na militância feminista, outros aproximam-se dos ideais socialistas, alguns possuem tendências mais próximas ao anarquismo, outros ainda associam várias militâncias (como movimento negro, movimento de pessoas com deficiência e movimentos populares) e há aquelas que não integram nenhum grupo. Ainda existem as que são partidárias, que trabalham na esfera governamental, que integram sindicatos (SALEM, 2007, p.117).

⁸ Disponível em: < http://www.spm.salvador.ba.gov.br/images/pdf/relatorio_cmpm.pdf >, Acesso em Fev. 2017.



A diversidade que constitui e potencializa a LBL dá ritmo ao movimento de ingresso e desligamento de militantes da rede, que se renova periodicamente em processos de auto avaliação e recadastramentos. Embora não haja registro do desligamento das fundadoras da LBL Bahia, infere-se aqui que isso ocorreu após o 2º EnLBL, levando em conta que esse encontro definiu as condições de ingresso e participação na rede. Infere-se ainda que o desligamento se deu em função da necessidade, individual e coletiva, das lésbicas negras centralizarem esforços em outras formas de participação e organização da luta contra o racismo, a exemplo da Rede Afro LGBT, criada em 2005, com a presença e participação da “Negra Cris”, uma das fundadoras dessa rede em Salvador. Vale considerar que, embora as lésbicas negras existissem e resistissem na tessitura da LBL de Norte a Sul, que, por princípio, é antirracista, as representantes da rede no cenário nacional eram as lésbicas brancas, fato que, possivelmente, dificultou o processo de auto reconhecimento e pertença das fundadoras da LBL BA, potencializando assim o afastamento delas, que deixaram como legado o entendimento de que o diálogo entre movimentos sociais e o governo de esquerda que se iniciava na Bahia era possível e necessário para construção de políticas para as lésbicas. Embora o desligamento das precursoras da LBL BA tenha sido um prejuízo político para toda a rede, o movimento da LBL na Bahia não foi interrompido, mas deslocado da capital para outros municípios da RMS – Região Metropolitana de Salvador, com o ingresso de lésbicas de Lauro de Freitas e Camaçari, o que iniciou uma nova fase de organização da LBL no Estado. Vale ressaltar que com o deslocamento da LBL BA, o GPML seguiu hegemônico em Salvador até 2008, quando Bárbara Alves ajudou a fundar, em Salvador, o LESBIBAHIA - Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia, organização que, assim como a LBL, segue em movimento não institucionalizado desde a sua criação⁹.

A tessitura da LBL na RMS teve início em 2007, quando a ativista Goretti Gomes, lésbica negra da LBL RN, então articuladora regional da LBL Nordeste e uma das coordenadoras do GAMI - Grupo de Mulheres Independentes do Rio Grande do Norte-LBL RN¹⁰, além de coordenadora do Fórum de Mulheres do RN e militante da AMB - Associação de Mulheres Brasileiras – esteve na Bahia no mês da visibilidade lésbica a convite da AMMIGA – Associação de Mulheres Amigas de Itinga – Lauro de Freitas¹¹, para realizar uma formação feminista para as

⁹ Ver blog do Lesbibahia, disponível em < Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia>, acesso em Fev. 2017.

¹⁰ O GAMI - Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes é um grupo feminista nacionalmente reconhecido pelo seu trabalho formativo voltado para as lésbicas e mulheres da periferia de Natal. Ver vídeo “10 anos do Grupo GAMI – Grupo afirmativo de Mulheres Independentes”, disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=mIwzmpvqW-w>> Acesso em abril, 2016. Ver ainda “GAMI – Grupo afirmativo de Mulheres Independentes”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ffvv4rADPIM>. Acesso em abril, 2016.

¹¹ AMMIGA – Associação de Mulheres Amigas de Itinga – Lauro de Freitas é uma organização que atua na perspectiva de prevenir e combater a violência contra a mulher e preparar as mulheres para defenderem a eficácia na implementação



lésbicas de Lauro de Freitas que atuavam junto à referida Associação. A expectativa da AMMIGA, reconhecendo a precariedade da vida lésbica em Lauro de Freitas, era promover a auto-organização lésbica como trilha de empoderamento feminino. Para tanto, Goretti Gomes planejou a formação em consonância com o “Plano de Formação da LBL” aprovado no 2º EnLBL, desenvolvendo o conteúdo programático em torno dos seguintes eixos temáticos:

- 1) **Feminismos e lesbianidades**, que aborda questões referentes a: autonomia sobre o corpo; legalização e descriminalização do aborto; violência contra mulheres e entre lésbicas; relações de gênero; luta anticapitalista e contra o patriarcado, incluindo as relações de classe; o conceito de visibilidade lésbica; relações e uso do poder; modelo de sociedade ambientalmente sustentável
- 2) **Lesbianidades e Negritudes**, que aborda questões referentes a: construção da identidade negra; gênese e manifestações do racismo; mecanismos de perpetuação e mecanismos de ruptura do racismo; implementação da Lei 10.639/2003 – história da cultura africana nos currículos da educação nacional; mulheres negras nos espaços de poder; racismo e relações de gênero e orientação sexual (LBL, 2007b, p. 20)

Com o propósito maior de trabalhar a cidadania lésbica potencializando o sentido coletivo, político da identidade lésbica como ato de resistência à heterossexualidade obrigatória, além de fomentar a participação e o ativismo das lésbicas pela vida das mulheres, Goretti Gomes tomou a experiência do GAMI-LBL RN como ponto de partida e discutiu o feminismo comunitário, vivido e fomentado nas periferias. Esse feminismo, lido pelas lentes de Julieta Paredes (2010), evidencia, na teoria e na prática, que não existe igualdade de oportunidade em sociedade de classe, nem igualdade de oportunidade entre os gêneros, pois o patriarcado não admite igualdade entre o feminino e o masculino, nem entre mulheres e homens¹². Afirmando que as mulheres são a metade da população mundial, Paredes propõe uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental, sem, contudo, desmerecer o que as feministas ocidentais fizeram ou fazem em suas sociedades.

[...] Nosotras queremos posicionar desde Bolivia nuestro proceso feminista y nuestros procesos de cambio. Nos parece importante partir de nuestra definición de feminismo: feminismo es la lucha y la

das políticas que tratam da redução dos índices de desemprego entre as mulheres, especialmente entre as mulheres negras, e dos níveis de vulnerabilidade socioeconômicas dessas mulheres

¹² Como salienta PAREDES (2010) o feminismo comunitário revela a falácia que nos faz crer, por exemplo, que a lésbica negra da periferia, que passa horas dentro de um ônibus, para se deslocar para o trabalho, ou para uma atividade da militância, ou para uma formação no centro da cidade, pode igualar-se ao gay branco, morador de bairro nobre, que tem carro para deslocar-se; ou que a menina negra que desde pequena deve cuidar dos irmãos por que sua mãe sai para trabalhar todos os dias para sustentar a família pode igualar-se em seus projetos de vida com o menino branco cuidado por mulheres que lhe preparam a cama, o alimento. Para a autora não tem igualdade de oportunidade possível sem destruição dos gêneros que obrigam a metade da humanidade a fazer o trabalho doméstico, a cuidar das crianças, de toda a humanidade.



propuesta política de vida de cualquier mujer em cualquier lugar del mundo, en cualquier etapa de la história que se haya rebelado ante el patriarcado que la oprime (PAREDES, 2010, p.26).

A definição de feminismo de Paredes (2010) sugere reconhecimento e sororidade entre todas as mulheres que lutaram e seguem em luta contra o patriarcado. Mas, para pensar e viver o feminismo comunitário como princípio incluyente que cuida da vida, é preciso partir da realidade vivida. “No queremos pensarnos frente a los hombres sino pensarnos mujeres y hombres en relación a la comunidade” (PAREDES, 2010, p.28). A noção de comunidade apresentada por Paredes (2010, p. 31) abarca todas as comunidades da sociedade, “no sólo estamos hablando de las comunidades rurales o comunidades indígenas. Es otra manera de entender y organizar la sociedad y vivir la vida”. O que ela propõe é a compreensão que todos os grupos humanos podem fazer e construir comunidades. “Es una propuesta alternativa a la sociedad individualista”.

Romper o individualismo, criar e viver em comunidade lésbica em Lauro de Freitas foi o desafio apresentado por Goretti Gomes para aproximadamente 15 lésbicas da RMS que participaram da formação, onde a Carta de Princípios da LBL foi apresentada e discutida. No final da formação, três participantes, Virginia Nunes, lésbica branca, Val Trindade, lésbica Negra, e Erica Capinam, mulher negra bissexual, assinaram a ficha de adesão da LBL. Reconhecendo que a formação lésbica feminista exige processo contínuo de encontros, discussões, formulações e trocas de experiências, as três novas integrantes da LBL foram convidadas para o *IV Seminário de Cidadania e Visibilidade Lésbica de Natal*, que aconteceu em setembro do mesmo ano. Com apoio da AMMIGA, elas foram para o Seminário do GAMI e levaram Fabiana Franco, lésbica negra de Camaçari, que não participou da formação, mas estava interessada em participar da LBL.

Fabiana Franco, para além de assinar a ficha de adesão no Seminário do GAMI, em consonância com as deliberações do 2º EnLBL, assumiu a função de primeira articuladora estadual da LBL Bahia, com o compromisso individual e coletivo de *lesbianizar*, despertar a consciência lésbica, difundir os princípios da LBL, promover e fortalecer processos de auto-organização, visibilidade e empoderamento das lésbicas. Com esse desafio, desejosas de ocupar e transformar os espaços de poder e decisão sobre a vida das mulheres, elas acessaram os repertórios de discursos e práticas políticas orientadoras do pensar e fazer LBL e, tão logo retornaram aos seus municípios, iniciaram um movimento de articulação e mobilização das lésbicas de Lauro de Freitas e Camaçari. Desse movimento surgiram, na RMS, duas organizações lésbicas orientadas pela Carta de Princípios da LBL, a *Lilás* – Liga de Lésbicas de Lauro de Freitas, e o CFM - Coletivo Feminista Marias, em Camaçari, ambas criadas em 2008.



Imagens e textos de lésbicas e mulheres negras feministas publicados no *blog* do CFM e no *Orkut* da Liga Lilás apontam o feminismo negro, “definido por uma longa e rica tradição que, em grande parte, tem sido oral e produzida pelas mulheres negras desde o período escravista” (COLLINS, 2000 citada por CARDOSO, 2013, p. 63), como matriz de pensamento que engendrava as ações políticas dessas organizações que, em conjunto, movimentaram e construíram sua autonomia política pela experiência lésbica racializada. Como bem salienta CARDOSO (2013), as ativistas negras constroem sua capacidade de ler e reinterpretar a realidade possibilitando a elaboração de um pensamento feminista próprio, tendo por base as experiências e vivências concretas e histórica das mulheres negras.

Desde a experiência racial que constitui o gênero e a sexualidade das lésbicas e mulheres negras, orientadas pela Carta de Princípios da LBL, a Liga Lilás e o CFM deram vida, voz e movimento ao corpo político das lésbicas da RMS, assumindo a luta feminista racializada como caminho para transformar a vida das mulheres a partir de políticas públicas e equidade de gênero, racial e sexual. Registros desse corpo, disponíveis nas redes sociais, sobretudo em *blogs* e grupos de discussões, sugerem que essas organizações, em especial o CFM, ao tempo em que percorreram e viveram nas comunidades periféricas da RMS, reconheceram e apreenderam o *ciberfeminismo*¹³ como ato político, como sugere Marina Gazire Lemos (2009), e não uma desculpa para a falta de ação no mundo dito “real”. Nessa perspectiva, o *ciberfeminismo* praticado por ambas é inclusivo e respeitável em relação às diferentes culturas que as mulheres habitam. Possivelmente com esse entendimento, a Liga Lilás e CFM usaram as tecnologias da informação e comunicação para organizar o corpo político das lésbicas e, sobretudo, para problematizar a condição feminina na Bahia, potencializando as redes sociais como ferramentas de luta e difusão de pensamentos e movimentos de visibilidade e coalizão entre as mulheres. Porém, embora a Lilás e o CFM tenham potencializado as organizações lésbicas de Lauro de Freitas e Camaçari como ato de resistência a hegemonia das ONG e à supremacia gay, o mesmo não ocorreu em relação a LBL Bahia, que não foi vista ou citada na cena política feminista ou LGBT em 2008, tampouco em 2009, período de maior visibilidade e força política do corpo político das lésbicas da RMS.

A invisibilidade da LBL Bahia foi reconhecida e justificada por Virginia Nunes em função dos conflitos e disputas que as lésbicas de Lauro de Freitas e Camaçari vivenciavam no movimento

¹³ Para melhor compreensão do ciberfeminismo, ver dissertação de Marina Gazire Lemos (2009), que investiga como a organização em redes eletrônicas permite aos grupos ciberfeministas novas construções do discurso feminista. Para a autora, o ciberfeminismo oportunizou que muitas mulheres entrassem em contato com as tecnologias de comunicação e as utilizassem para modificar as diferentes realidades e opressão.



LGBT, sobretudo no contexto de construção da 1ª Conferência LGBT, quando a supremacia gay definiu todo o processo de organização e participação social nas Conferências LGBT da Bahia. Esse conflito, que é caracterizado no plano visível como uma guerra entre identidades sexuais lutando por seus interesses, na qual o chamado gênero feminino oprimido luta contra o chamado gênero masculino, seu opressor (ROLNIK, 1996), definiu quem podia e quem não podia representar as lésbicas organizadas nas Conferências LGBT da Bahia, como sugerem as críticas publicadas no blog do CFM, em especial o texto intitulado *Conferência Territorial LGBT – Bahia*, publicado no blog no CFM em 03/04/2008.

[...] Só para se ter uma ideia, numa imensidão de homens que constituem a Comissão Organizadora, apenas duas mulheres estão na mesma. [...]

Admirável perceber que apenas duas MULHERES que fazem parte da tal REDE AFRO GLBTT, uma rede virtual não conhecida no movimento LGBTTT Negro, sejam chamadas para compor a Comissão Organizadora desta I Conferência LGBT representando a comunidade LGBT Negra organizada

[...] Para nós lésbicas do Estado da Bahia existe um processo nítido de tentativa objetiva de silenciar e excluir lideranças dos movimentos que veem nestes argumentos o Preconceito Racial, o Machismo e o Autoritarismo ser exercido com o aval lastimável da Secretária de Direitos Humanos – SEDH e em certa medida desta única representação LGBTT Negra nesta Comissão, que está retrocedendo todo um processo histórico de Luta da Comunidade Negra e LGBT [...] (CFM. Post, publicado em 03/04/2008)

Considerando que representantes das organizações lésbicas no processo de 1ª Conferência LGBT na Bahia foram as ex-integrantes da LBL, Ana Cristina (Negra Cris) e Bárbara Alves, representando a recém-criada Rede Afro LGBT, pode-se dizer que o CFM produziu o “fogo amigo” que alimenta o *heteropatriarcado*. Ao negar essa representação, para além de evidenciar a guerra entre os gêneros, o CFM também evidencia e potencializa a disputa entre as lésbicas, comprometendo assim o princípio da sororidade, entendida como aliança entre mulheres que desestabiliza o *heteropatriarcado*. Como salienta Lagarde (2009, *s/p*), “a sororidade é um princípio de relação entre todas as mulheres e um recurso para enfrentar os conflitos que podem surgir entre elas, eliminando a misoginia”. Nessa perspectiva, a sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo.

Vale ressaltar que “Negra Cris” foi a única representante do segmento de lésbicas nas mesas de abertura da 1ª Conferência Estadual LGBT da Bahia e da 1ª Conferência Nacional LGBT. Apesar das críticas do CFM, essa representação foi muito importante para os movimentos LGBT da Bahia, sobretudo para as organizações lésbicas, embora todo o processo local de construção da



conferência tenha sido muito violento, sobretudo para a LBL BA, que estava invisível no Estado e, nos limites LBL, se mostrava frágil e sem organicidade local, como bem reconheceu Virginia Nunes em diálogo sobre as histórias da LBL.

A LBL BA estava invisível, é verdade. Mas ela existia, e tinha cara. A nossa cara era negra e era branca também. Mas isso não importava na disputa política que se acirrou no contexto da conferência LGBT. Aqui, tinha uma forte disputa por hegemonia no movimento, mas nós da LBL não entramos nessa disputa. A gente não queria hegemonia, a gente queria se fortalecer como organização local e fortalecer as lésbicas não organizadas, como rege a Carta de Princípios da LBL.

[...] A LBL estava em nós da LILÁS, visível para nós. Foram seus princípios que nos constituíram. A LBL já existia e era uma potência no cenário nacional, enquanto a Lilás estava tecendo sua construção. Nosso esforço era para potencializar a Lilás [...]. A LBL estava, e continua, em todas nós desde o seu surgimento, mesmo sem tê-la nomeado em nossas ações naquele instante. (Virginia Nunes, LBL BA, Caderno de campo, 21/01/2014)

Apesar da invisibilidade e das dificuldades e tensões enfrentadas na militância lésbica, a Liga Lilás e o CFM alcançaram seu propósito de fortalecer o movimento de lésbicas da RMS. E o movimento dessas organizações assegurou que a “cara” da LBL BA, que não foi vista, registrada, nomeada ou lembrada no Estado entre 2008 e 2009, fosse conhecida em 2010, rompendo o silêncio em torno da sua existência, com a divulgação de um convite virtual para “todas as lésbicas e bissexuais interessadas em conhecer e construir a Liga Brasileira de Lésbicas na Bahia” para participarem de uma “Roda de diálogo sobre lesbianidade no contexto da LBL”.

Fig. 2: Convite virtual LBL BA (2010)



Fonte: LBL Bahia



A imagem do convite, produzida por uma ativista da LBL DF, destaca a interracialidade vivida nos corpos que constituem a LBL de norte a Sul, ao tempo que sugere a feminilidade e a maternidade da lésbica negra pelos contornos corporais bem definidos. Aqui é possível dizer que não estamos diante de uma reprodução da maternidade produzida pelo discurso heterossexual materializado em imagens da maternidade como elemento da natureza feminina completada pela companhia de um homem, que dá às mulheres presença, existência, força, vida e *status*. Ao contrário, estamos diante de uma ressignificação que delinea afeto e cuidado entre lésbicas negras e brancas, negando a concepção de “mãe preta”, ao tempo que evidencia a família lésbica inter-racial potencializada pelas organizações lésbicas em movimento. A afetividade sugerida na imagem marca e classifica a LBL Bahia pela sua diferença e desejo de coalizão.

Embora não haja registro do número de participantes na roda de conversa organizada pela LBL BA, o relatório da plenária, realizada dia 07 de agosto de 2010, registra a indicação de Edlene Paim, então vereadora do Partido dos Trabalhadores no município de Coração de Maria (BA), como articuladora estadual da LBL. Vale ressaltar que Edlene Paim, em função da desarticulação da LBL BA no período, ingressou na rede no 4º EnLBL, realizado em Natal, de 15 a 18 de julho de 2010, quando Erica Capinam assumiu a função de articuladora regional da LBL Nordeste. Também vale ressaltar que o ingresso de uma parlamentar na rede foi tensionado, sobretudo pelas integrantes da LBL RS, que temiam a partidarização da LBL. Mas a situação de fragilidade da LBL BA favoreceu o ingresso da vereadora que, junto com Erica Capinam, assumiu o compromisso individual e coletivo de organizar e fortalecer a Liga baiana, e toda a LBL, iniciando outra fase da tessitura da LBL BA.

Para fortalecer a LBL BA, as novas articuladoras investiram em “Planejamento – Visibilidade – Interiorização”, os novos “pilares” da LBL no Estado, conforme anunciado por Edlene Paim em entrevista publicada no blog da LBL SP, em 29 de maio de 2011, na qual a articuladora fala de si, do seu ingresso na LBL, dos desafios da LBL BA e das suas ações políticas em Coração de Maria (PAIM, 2012, *s/p*).

Reconhecendo a necessidade de planejamento como estratégia de empoderamento da rede, as novas articuladoras somaram esforços para garantir a organicidade da LBL BA conforme deliberações do 2º EnLBL. Na primeira reunião de planejamento, realizada no dia 07 de agosto de 2010, que contou com a presença de sete integrantes da rede, foram definidos os seguintes encaminhamentos referentes ao planejamento da LBL BA: a) campanha de filiação de novas



integrantes; b) recadastramento da LBL BA; c) reuniões mensais (ordinárias); d) formação política com ênfase no feminismo.

Não houve campanha de filiação da LBL BA, conforme deliberado. Mas no período de julho a dezembro, a Carta de Princípios e a ficha de adesão a LBL foram encaminhadas para três “potenciais integrantes da LBL”, dentre elas eu que, desde 2008, quando conheci a articuladora da LBL de SC, esperava para ingressar na rede. Todas nós que recebemos a Carta na ocasião, três lésbicas brancas, assinamos e encaminhamos as fichas de adesão para a articuladora estadual, conforme deliberação do 2º EnLBL. As reuniões de adesão das novas integrantes aconteceram em setembro, novembro e dezembro, quando todas nós assumimos compromisso com a organização e o fortalecimento da LBL. Houve recadastramento da LBL, entendido como procedimento de controle que define quem são e onde atuam as militantes da LBL, ao tempo que protege a rede.

O 1º recadastramento da LBL foi materializado com a criação de uma nova lista de *e-mail* (liga_bahia@yahoogrupos.com.br), onde foram incluídas todas as militantes interessadas em continuar na Liga e trabalhar por ela, dedicando tempo e trabalho voluntário. Para tanto, foi solicitado de cada integrante da rede o envio do “currículo vivo”, documento contendo dados pessoais e um breve resumo das atividades políticas desenvolvidas. Quem era da LBL, mas não expressou desejo de compromisso com a rede, não foi incluída na nova lista, que reuniu seis lésbicas e duas mulheres bissexuais, de Camaçari, Lauro de Freitas e Coração de Maria. Vale ressaltar que, na mesma reunião de planejamento, foi definido que “as *compas*” da LBL BA poderiam se apresentar “nos diversos espaços [onde atuam] como integrantes da liga a fim de dar maior visibilidade à mesma”, mas, para representar a Liga em qualquer espaço político era preciso que tal representação fosse apreciada e deliberada em “reunião geral” (LBL. Relato de Reunião, 2010). Essa deliberação não se aplicava às articuladoras, que eram as representantes naturais da rede.

Fig. 3: Edlene Paim – Articuladora Estadual da LBL (2010-2012)



Fonte: *Blog da LBL SP*¹⁴

¹⁴ Imagem disponível em: < <https://lbnacional.wordpress.com/category/mais-sobre-a-lbl/> >, acesso em fev. 2017.



Para identificar e fortalecer a imagem da LBL BA, uma das primeiras ações das novas articuladoras foi a criação de uma logomarca, uma bandeira, uma marca levada no peito daquelas que mostraram a cara para dar vida, voz e movimento a LBL BA (Imagem 3).

Conforme Quadro de ações LBL/BA, entre julho a dezembro de 2010, a Liga baiana apresentou um nível de organicidade importante para a sua reestruturação. No período em questão, além da plenária realizada dia 07 de agosto, a LBL BA realizou quatro reuniões ordinárias e uma reunião de confraternização. Participou de uma Reunião Nacional das Articuladoras da LBL, realizada em São Paulo, em outubro daquele ano, e de aproximadamente quinze reuniões convocadas por outras entidades, a exemplo do Conselho Municipal de Direito da Mulher de Conceição do Coité, onde a LBL Bahia assumiu, em janeiro de 2011, uma vaga na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos das Lésbicas e Mulheres Bissexuais do referido Conselho Municipal. No mesmo período, participou de três paradas LGBT na Bahia, em Salvador, Cachoeira e Lauro de Freitas, e em todas elas as representantes da LBL fizeram fala política apontando a invisibilidade lésbica como expressão da lesbofobia, reconhecida como uma violação de direitos, uma violência que a sociedade não pode aturar. As representantes da LBL BA também participaram do Seminário de Fortalecimento do Fórum Baiano LGBT, realizado em Santo Antônio de Jesus BA, além de participar de atividades em Pojuca BA e outros municípios. Dentre as ações militantes realizadas no período, a de maior abrangência foi a co-participação na *Campanha de 16 dias de ativismo na UNEB pelo fim da Violência contra as Mulheres*, realizada em Salvador e Conceição do Coité, onde a LBL BA e LBL RS apresentaram a *Exposição fotográfica Margarida Africanas*, um trabalho com foco no empoderamento das mulheres negras.

O conjunto de reuniões/ações realizadas pela LBL BA nos seis primeiros meses de atuação das novas articuladoras rompeu a invisibilidade política da LBL e marcou o início de um novo momento e movimento de atuação e visibilidade da organização no Estado. Vale ressaltar que Edlene Paim foi a primeira articuladora da LBL na Bahia a assumir publicamente a condição de articuladora da rede, e a primeira a potencializar a organização e o planejamento como estratégia de visibilidade e fortalecimento da Liga. O primeiro efeito dessa estratégia foi a prática de registro das ações da Liga através de relatórios, relatos e/ou imagens com a finalidade de “comprovar a existência e a atuação da LBL na Bahia”, com vista à ocupação de espaços de representação e controle social.



Um breve olhar para os registros de ingresso e de desligamento da LBL BA revela o quanto a rede foi expandida entre 2010 e 2012. Em agosto de 2010, quando eu ingressei na rede, a LBL BA era constituída por sete militantes lésbicas e uma mulher bissexual, sendo uma de Camaçari, e as demais de Lauro de Freitas. Entre setembro e dezembro de 2010, quatro lésbicas se desligaram da Liga baiana, dentre elas Fabiana Franco, e quatro ingressaram. Nesse período a LBL BA se anunciava “corpos em movimento, ligado, enlaçados... Uma em rede, sem cabeça, mas toda pensante, vibrante, comunicante...”, (SILVA, 2013, p.5). Como sujeita imbricada em todo o processo de construção do referido anunciado, que sugere conectividade, compartilhamento, descentralização, reconheço que o mesmo é fruto da política do afeto então estabelecida entre as integrantes da LBL BA. Mas, com o crescimento da LBL, que em 2012 chegou a ter quinze integrantes, fazendo militância em Lauro de Freitas, Salvador, Coração de Maria, Berimbau, Cruz das Almas, Cachoeira e Conceição do Coité, a política do afeto deu lugar para a política do conflito, que prima pela disputa, pelo empoderamento individual. Nesse período, vale ressaltar, prevalecia a lógica do voto, não do consenso nos processos de tomada de decisão da rede. Mas os conflitos da LBL BA não fragilizaram o movimento da rede, que foi eleita a primeira e única entidade lésbica a se eleger Conselheira Titular no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, quadriênios 2012-2015, então representada por Virginia Nunes.

Em 2012, quando Edlene Paim se desligou da LBL para recandidatar-se ao cargo de vereadora de Coração de Maria, a LBL fez um recadastramento nacional, e a LBL BA foi reduzida a cinco integrantes. Virginia Nunes assumiu a função de articuladora e, desde então, a gestão da LBL BA passou a ser feita de forma coletiva, participativa e colaborativa, prevalecendo o consenso nas tomadas de decisão. Vale ressaltar que em 2012 toda a rede passou a usar a mesma logomarca, a mesma bandeira, expressando desejo de unidade nacional.



Fonte: LBL Bahia



Reestabelecendo a política do afeto como princípio e método de organização, em 2012 a LBL BA, se movimentando pela capital e no interior, fomentou a construção do ENLESBI - Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia, realizado em agosto de 2013 como uma ação de visibilidade lésbica. Hoje, a caminho da sua quinta edição, o ENLESBI é ação coletiva caracterizada como uma política de gênero e política LGBT focadas no combate à violência contra mulheres, lesbofobia, racismo e homofobia, e na promoção da saúde integral com ênfase nas mulheres bissexuais e no enfrentamento de DST, HIV, AIDS e hepatites virais, no bem viver, conforme demandas apresentadas pelas organizações lésbicas da Bahia nas Conferências Estaduais e Nacionais, de Políticas para as Mulheres, Políticas LGBT e de Saúde (ENLESBI, 2015a).

Depois de 14 anos de ação política na Bahia, transitando entre processos de invisibilidade e visibilidade, com ações diversificadas na capital e no interior, pode-se dizer que o ENLESBI é a maior expressão da LBL Bahia e de todo o corpo político das lésbicas. Produzido com o propósito de construir referências que orientem o movimento social, o poder público e a academia quanto ao trato das *lesbianidades* e suas intersecções no combate ao racismo, ao *sexismo* e a *lesbofobia*, atitudes essas que corroboram, dentre outros fatores, com a invisibilidade de lésbicas e mulheres bissexuais no estado da Bahia, o ENLESBI é ação desenvolvida pela LBL e outras expressões das organizações lésbicas, sempre em diálogo e parceria com os movimentos sociais LGBT, da capital e do interior, da universidade, sobretudo o DIADORIM - Centro de Estudos de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades da Universidade do Estado da Bahia, e diferentes secretarias do Estado, a saber: Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Justiça Social, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

A primeira edição do ENLESBI, realizada em agosto de 2014, reuniu em torno de 70 participantes, de diferentes regiões da Bahia, de outros estados e do Uruguai. Nesse encontro, conforme ficha de inscrição das participantes, 77% se autodeclararam lésbicas, 7% mulheres bissexuais, 7% heterossexuais, 3% mulheres *trans*, 2% livre orientação sexual como prevalência lésbica e 4% não declarou sua orientação sexual. Dentre as lésbicas negras participantes do I ENLESBI estão Altamira Simões e Jacqueline Lemos que, em 2014, ingressaram na LBL BA durante o II ENLESBI. No III ENLESBI, realizado em 2015, outra lésbica negra de Salvador, Amélia Maraux, ingressou na LBL e, desde então, a LBL BA segue seu movimento como oito participantes, sendo sete lésbicas e uma mulher bissexual.



A partir da 2ª edição, vale ressaltar, o número de participantes do ENLESBI aumentou para 100 participantes, que recebem alimentação, hospedagem e muita formação lésbica feminista. O que se observa nesses encontros é a prevalência de lésbicas. De acordo com o relatório do terceiro encontro, 77% das participantes do Encontro se autodeclararam lésbicas e 23% mulheres bissexuais, fato que sugere o engajamento das mulheres bissexuais na luta em conjunto com as lésbicas baianas, polemizando uma discussão recorrente que afirma a inexistência e/ou invisibilidade dessas mulheres no movimento e aponta para um expressivo aumento dessa participação, que na primeira edição do encontro representava 7%. Para a LBL, vale destacar, fortalecer a participação das mulheres bissexuais é fundamental para acumular forças contra o *heteropatriarcado* e invisibilização das vivências afetivas e sexuais entre mulheres.

Em relação às identidades raciais e étnicas das participantes do III ENLESBI, o relatório registra que o Encontro tem “caras e cores”

E apesar da heterogeneidade e diversidade racial/étnica do público participante, é visível que se trata de um movimento majoritariamente protagonizado por negras (pretas e pardas, segundo categorização do IBGE), que representam 82% do total de participantes (ENLESBI, 2015b, p 17).

Comparado com o índice da população negra na Bahia que, de acordo com o censo 2010, conta como 76,3%, como bem pontua o referido relatório, é possível afirmar que o ENLESBI é um espaço representativo para as lésbicas e mulheres bissexuais negras. Não é a toa que a denúncia das desigualdades raciais, a presença de ideias afrocêntricas e a defesa de um projeto societário antirracista são temáticas abordadas em todas as edições do Encontro, e em todas as ações protagonizadas e/ou articuladas pela LBL BA que, desde 2010, assumiu o desafio político e afetivo de *lesbianizar* e *racializar* a vida.

Conforme apresentado por Silva (2013), *lesbianizar* é um processo cognitivo do corpo, que pressupõe a radicalidade de reconhecer-se e anunciar-se lésbica como ato de ruptura com a ordem do discurso que produz a lógica binária. Pressupõe ainda a valorização e o cuidado de si, da outra, do universo e o reconhecimento do potencial revolucionário da solidariedade, da união e do amor entre as lésbicas. Nessa perspectiva, *lesbianizar* é potencializar a perspectiva lésbica na cena política, na vida, e *racializar* a *lesbianidade*, conforme sugerido no Projeto ENLESBI, é reconhecer e potencializar a noção de raça como elemento que configura o gênero e a sexualidade. Assim, *lesbianizar* e *racializar* é ato político, é resistência.



Como bem ressalta o relatório do III Enlesbi, realizado de 30 de agosto a 01 de setembro de 2015, *lesbianizar e racializar* não é desafio recente, é tarefa que vem sendo realizada há tempos,

[...] desde que as relações sexuais entre mulheres deixaram de ser assunto de fórum íntimo e tomaram as ruas, as universidades, as mídias, ainda que não circulem nos veículos hegemônicos. A reafirmação deste lema sugere a necessidade de uma tomada de consciência feminista, de raça e classe para se tramarem a transformação e se colher o bem viver (ENLESBI, 2015b, p. 14)

Para *lesbianizar e racializar* o ENLESBI como uma política feminista de visibilidade lésbica, pensada, organizada e executada pelas lésbicas políticas de diferentes organizações, a LBL Bahia se movimenta durante o ano, conforme o Plano de Ação da LBL, elaborado em janeiro de cada ano, quase sempre em reuniões festivas e amorosas. Vale ressaltar que o Plano de Ação da LBL é produzido a partir da agenda política dos movimentos de lésbicas construída nos Seminários Nacionais de Lésbicas. As agendas que se destacam e se repetem no planejamento da LBL são: Março Lésbica, Maio da Diversidade, Agosto da Visibilidade Lésbica, Campanha de 16 dias de Ativismo pelo Fim da violência contra a Mulher, realizadas na capital e no interior do Estado. As ações que materializam essas agendas são diversas, a exemplo de rodas de conversa, rodas de leitura, oficinas, exibição de filmes, exposições, marchas lésbicas, participação em sessões especiais nas Câmaras de Vereadores, na Assembleia Legislativa e em eventos acadêmicos como convidada e/ou organizadora, dentre outras.

Assim, *lesbianizando e racializando* suas ações e os espaços políticos por onde passa, a LBL BA se potencializa e potencializa o corpo político das lésbicas da Bahia, aqui apreendido pelas lentes de Monique Wittig (1977) como uma máquina de guerra, um ser que luta contra o “pensamento heterossexual”, uma matriz de pensamento que é incapaz de pensar a sociedade para além das relações heterossexuais. Nessa perspectiva, a LBL BA e toda a rede LBL são uma expressão visível do corpo político das lésbicas brasileiras, que se movimentam em diferentes tempos produzindo sentidos sobre a luta política das lésbicas como ato de resistência. A visibilidade e a seriedade do trabalho coletiva da LBL BA garantiu sua reeleição no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, quadriênio 2016-2019, e sua eleição para o Conselho Estadual LGBT, no período de 2017 a 2019. A organicidade, visibilidade e empoderamento da LBL BA, em 2016, atravessaram as fronteiras do Estado garantindo que a Bahia seja a sede do X SENALESBI, em 2018, fato que revela o reconhecimento nacional da LBL e de todo o corpo político das lésbicas da Bahia que apresentou e defendeu, na plenária final do IX SENALESBI, realizado em Teresina – PI, a proposta de realização do Seminário na capital baiana.



Assim, a LBL se corporifica em cada atividade realizada como uma coalizão nacional ancorada nas sujeitas políticas *lésbica e mulher bissexual*. A construção dessas sujeitas, como bem ressalta Salem (2007, p.184), compõem um processo de afetividade e sexualidade entre mulheres para além da norma heterossexual sustentada pelas tecnologias do sexo e do gênero. Nesse processo, o pensamento e o movimento da LBL produzem sentidos que afetam as representações sociais produzidas pelo pensamento heterossexual fomentando a auto-organização lésbica como trilhas de empoderamento feminino, caminhos para o bem viver.

5. Considerações finais

O que é ser feminista
 A magia da juventude.
 Sou negra pobre sapatão
 Eu sou uma sapa vó
 Sou amorosa, sou violenta
 Sou uma revolução preta pobre sapatão
 Eu não posso negar que sou preta pobre
 Eu não posso negar que meus filhos têm que meter o pé
 na porta para que tenha seu direito reconhecido e respeitado
 O que sou? Não sei o que sou. Sou um corpo que grita.
 Sou um corpo que respira, um corpo que chora e sente dor.
 Sou um grande e pequeno ser vivo, um grande ser humano
 Talvez não.
 Eu não quero que você me aceite mas quero que você me respeite.
 Que você me respeite o quanto te respeito, é que quero, e espero!
 Eu sou um corpo que grita
 Sou um corpo que fala muitas vezes sem essas palavras
 Lembre-se que sou um corpo e serei um corpo
 Neide Vieira (Lésbica Negra¹⁵, 2015)

Percorrendo a linha do tempo que constitui a LBL Bahia, analisando seus registros documentais, suas memórias, histórias e, sobretudo, vivendo o tempo presente da LBL nos últimos sete anos na condição de lésbica branca, atravessada por diferentes privilégios, reconheço que a LBL BA nasceu como uma articulação de lésbicas negras que, ao longo dos anos, incluiu lésbicas brancas e mulheres bissexuais potencializando assim a sua heterogeneidade. A presença majoritária de lésbicas negras constitui o pensamento e movimento da Liga, potencializando a LBL Bahia como uma coalizão de lésbicas e mulheres bissexuais, negras e brancas, forjadas nas lutas feministas por visibilidade, pensada como garantia de direitos e pelo bem viver, pensado como esforço coletivo para construção de outro mundo, onde o racismo, o sexismo, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, percebidos como sistemas estruturantes de dominação que se baseiam em doutrinas sobre a superioridade de determinadas grupos ou categorias em relação a outros (SARDENBERG,

¹⁵ Poesia declamada no III ENLESBI, realizado em 2015.



2015, p. 61), sejam eliminadas na raiz do pensamento social. Nessa perspectiva, a LBL é corpo feminista em movimento, é rede que pulsa, vibra, agita e transita por diferentes feminismos. Como máquina de guerra pelo bem viver, a LBL é corpo que grita, como grita Neide Vieira na poesia acima evidenciando sua força feminista da diversidade que a constitui.

O grito coletivo da LBL, que se soma a todos os gritos feministas em luta pelo bem viver, ecoa pelos ventos, atravessando mundos, construindo um mundo onde a afetividade seja princípio filosófico e método de auto-organização das lésbicas e mulheres bissexuais.

Nós, Mulheres que amamos Mulheres e fazemos sexo com Mulheres, acreditamos, e lutamos para construir

Um mundo sem pobreza, poluição, injustiça e corrupção;
Um mundo que funciona para todas e todos, em todo lugar;
Um mundo de igualdade e diversidade;
Que respeita seu ambiente e as pessoas que o habitam. Onde os valores humanos, éticos e espirituais são mais importantes que as coisas materiais. Onde não exista nenhuma forma de discriminação por motivos de orientação, expressão e identidade sexual e onde os direitos das lésbicas e bissexuais sejam garantidos.

Lutamos:

Contra os capitalismos, os fundamentalismos religiosos e heterossexistas e todas as formas de violência, discriminação, estigmatização e desrespeito.

Nossa luta precisa ser diária, para que realmente possamos combater as desigualdades e opressões existentes em nossa sociedade. (CONTI, 2008, p.1)

Assim, gritamos juntas: sapatão não é bagunça, é revolução feminista.

Referências

ALMEIDA, G. E. da Silva. *Da invisibilidade a vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face a possibilidade de infecção por DST e AIDS*. Tese. [Doutorado em Saúde Coletiva], Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, 342f.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos nas perspectivas de mulheres negras brasileiras*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. 382f.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Porto Alegre: Libertária, 2009.

CLARKE, Cheryl. *Lesbianism: an act of resistance. The Columbia Reader on Lesbians and Gay Men in Media, Society, and Politics*. Columbia University Press, 1990. Tradução livre disponível em: <<http://ebookbrowse.net/lesbianismo-um-ato-de-resistencia-cheryl-clarke-pdf-d281612776>>. Acesso em fev. 2014.



- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York/London: Routledge, 2000.
- CONTI, Silvana. *Opressão de gênero e lesbofobia: até quando?* Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/condim29.pdf>. Acesso em fev. 2017.
- DAVENPORT, Thomas H. *Ecologia da informação*. São Paulo: Futura, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. *ECCOS – Revista Científica*, Uninove, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 39-65, dez. 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71560203>, Acesso em maio, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10.ed. São Paulo: 2012.
- GOMES, Sandra L.R.; MENDONÇA, Marília A. R.; SOUZA, Clarice M. de. Literatura cinzenta. In: CAMPELO, B. S.; CEMDÓN, B. V.; KREMER, J.M. *Fontes de informação para pesquisadores profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.92-99.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.
- HECK, Selvino. Um outro mundo é possível? *Jornal do Brasil on line*, maio, 2016. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2016/01/17/um-outro-mundo-e-possivel/>>, Acesso em Maio, 2016.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise de imagem*. Lisboa: Edições 70, 1994.
- LAGARDE, Marcela. *Definindo Sororidade. Feminismo Radical*. Disponível em: <<https://we.riseup.net/radfem/definindo-sororidademarcela-lagarde>>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- LAUFER, Miguel (Dir.) A difusão do conhecimento. *Interciência*. v. 33, n. 11, p. 788, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442008001100004&lng=es&nrm=iso>, Acesso em maio, 2016.
- LESSA, Patricia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1970-2006)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007, 261f.
- LEMOS, Mariana Gazire. *Ciberfeminismo: novos discursos do feminismo em redes eletrônicas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009, 129f;
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora, 34, 1993.
- MACHADO, J. Alberto. A difusão do conhecimento e inovação – o acesso aberto a publicações científicas. In: BAUMGARTEN, M. (Ed). *Conhecimento em redes: Sociedade política e inovação*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. s/p. Disponível em: <http://www.forum-global.de/jm/art04-05/jorge_machado-acesso_aberto.html>, Acesso em fev. 2017.
- MARTINHO, Mirian. A condição natural dos movimentos sociais é o apartidarismo. *Contra o coro dos docentes*, [Blog], 2013. Disponível em: <<http://www.contraocorodoscontentes.com.br/2013/06/a-condicao-natural-dos-movimentos.html>>, Acesso em junho, 2016.
- MESQUITA Marylucia. Movimento de mulheres lésbicas no Brasil: sinalizando algumas conquistas e desafios para o século XX. *Revista Lábia*, nº 18, dez., 2004. Grupo de Activistas Lesbianas Feministas Terceira Época. Lima. Disponível em: <<http://liblesmt.blogspot.com.br/2009/02/historia-do-movimento-lesbico.html>>, Acesso em fev. 2014.



- MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- MOURA, Elaine de Fátima Alves. *Organização de lésbicas na cidade de Natal*. Top Gráfica, 2008.
- PAIM, Edlene. *Liga Brasileira de Lésbicas: entrevista com Edlene Paim*. Disponível em: <<https://lbnacional.wordpress.com/2011/05/29/lbl-entrevista-%E2%80%93-edlene-paim-lbl-ba/>> Acesso fev. 2017.
- PAREDES, Julieta. *Hilando fino desde el feminismo comunitário*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.
- PIASON, Aline da Silva. *A militância de lésbicas feministas e a visibilidade nas políticas públicas para as mulheres*. Tese (Doutorado em Psicologia). Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 2013, 135p. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10923/5743>>, Acesso em fev. 2017.
- RIBEIRO, Fábio de J. Para além do movimento LGBT: revelando a diversidade identitária que constituem o ativismo baiano a partir de 1980 à primeira década do século XXI. In: Seminário Enlaçando Sexualidades, 3, Salvador, 2013, *Anais eletrônicos...* Salvador: Uneb, 2013, s/p. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Para-a%C3%A9m-do-movimento-LGBT-revelando-a-diversidade-identit%C3%A1ria-que-constitue-o-ativismo-baiano-a-partir-de-1980-%C3%A0-primeira-d%C3%A9cada-do-s%C3%A9culo-XXI.pdf>>, Acesso em fev.2017.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Revista Bagoas*, n.5, [1980] 2010. Disponível em:<http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf> Acesso em fevereiro, 2014.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.
- ROLNIK, Suely. “Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros”, *Estudos Feministas* v. 5, n° 1/96. IFCS/UFRJ, PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro, 1996.
- SALEM, Maria. *A Liga Brasileira de Lésbicas: a construção de sentidos na produção do sujeito político lésbica*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: UNB, 2007, 195f.
- SARDENBERG, Cecília. M. B. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 20, p. 56-96, 2015.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do Povo brasileiro*. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/compromissocomasoberania.pdf>>, Acesso em maio, 2016.
- SILVA, Vilmar. *A política da diferença: educadores intelectuais surdos em perspectiva*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, 184f. Disponível em: <https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/1/14/Tese_vilmarsilva.pdf>, Acesso em maio, 2016.
- SILVA, Zuleide P. S. *Sapatão não é bagunça: estudos das organizações lésbicas da Bahia*. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento). Salvador: UFBA;UNEB; UEFS;LCCC; SENAI, IHAC, 2016, 407f.
- SILVA, Zuleide P. S. LBL-BA: rede sem cabeça, pulsante, comunicante, toda pensante? In: *Fazendo Gênero 10*, Florianópolis: UFSC, 2013.
- SILVA, Zuleide P. S.; ARAÚJO, Rosângela Costa. Lesbianizar é preciso, não somos todas mulheres: a teoria política de Monique revisitada.. In: GIVIGI, Ana Cristina Nascimento; DORNELLES, Priscila Gomes (orgs.). *O Recôncavo baiano sai do armário*. Universidade, gênero e sexualidade. 1ed. Amargosa: UFRB, 2013, p. 20-40.
- YOUNG, Iris M. *Justice and the politics of difference*. Princeton, Princeton University Press, 1990.



Fontes documentais

BÁRBARA ALVES. Documento da articulação de movimentos sociais na Bahia para diálogo com o governo estadual. Mensagem recebida na lista de discussão do Fórum Baiano LGBT, Setembro, 2, 2012, Mantida pela base de dados Google Groups. Disponível em:

https://mail.google.com/mail/u/1/#advanced-search/from=barbaraufba%40yahoo.com.br&subset=all&has=geisa&within=1d&sizeoperator=s_sl&sizeunit=s_smb/140df56c53d87805; Acesso em Fev. 2017.

CFM – Coletivo Feminista Marias. *Conferência Territorial LGBT – Bahia* [Post]. Publicado em 03/04/2008. Disponível em:

<http://coletivomarias.blogspot.com.br/2008/04/conferencia-territorial-lgbt-bahia.html>> Aceso em fev. 2017.

DOCUMENTO da articulação de movimentos sociais na Bahia para o diálogo com o governo estadual. Salvador, 2007. Disponível em:

<<http://fase.org.br/pt/acervo/documentos/documento-continuacao-do-dialogo-com-governo-na-ba/>>, Acesso em maio, 2016.

ENLESBI – Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia. *Projeto III ENLESBI*, Salvador, 2015a, 58f. (Não publicado).

ENLESBI – Encontro de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da Bahia. *Relatório III Enlesbi*. Salvador, 2015b, 58f. (Não publicado).

LBL. LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. *Carta de Princípios*. São Paulo, 2004. Disponível em:< <https://lblnacional.wordpress.com/carta-de-principios/>>, Acesso em maio, 2016.

LBL. LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. *Carta de Princípios*. Natal (RN), 2007a (Não publicado).

LBL. LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. *Deliberação do II Encontro Nacional da LBL*. Terezina, PI, 2007b (Não publicado).

LBL. LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. *Quadro de ações (julho a dezembro de 2010)*. Salvador, 2010 (Não Publicado).

LBL. LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS. *Relato de reunião*. Salvador, 10/08/2010 (Não publicado).

SPM BAHIA. II Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Salvador, *Relatório...* Salvador: Superintendência Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em: < http://www.spm.salvador.ba.gov.br/images/pdf/relatorio_cmpm.pdf>, Acesso em Fev. 2017.

VALQUIRIA COSTA. *Representação d@ Palavra de Mulher Lésbica*: Mensagem recebida da Lista de discussão do Fórum de Mulheres de Salvador. Abril, 21, 2007. Mantida pela base de dados Google Groups. Disponível em

<<https://groups.google.com/forum/#!topic/forumdemulheressa/Y6HMe4QBHEY>>, acesso em fev. 2017.

YASMIMI NOBREGA. *Reflexões, transformações, solidariedades*. Mensagem recebida na Lista de discussão da LBL. Abril, 10, 2012, Mantida pela base de dados Google Groups. Disponível em:

<https://mail.google.com/mail/u/1/#advanced-search/from=yasmimalencar%40hotmail.com&subset=all&has=Milit%C3%A2ncia+%C3%A9+sede+coletiva&within=1d&sizeoperator=s_sl&sizeunit=s_smb/1369d07a3d8ec910> Acesso em fev. 2017.

